

Senhoras e Senhores,

Assumimos no último domingo a vice presidência da república e, com ela, o Ministério de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços. Primeiro, os agradecimentos ao Presidente Lula e aos brasileiros e brasileiras que, confiando o voto na nossa aliança e chapa, tornaram possível o resultado das eleições e o novo governo. A hora é de agradecimento e de assunção de compromissos. Compromissos com a sociedade civil brasileira, com o setor produtivo, a indústria, o comércio e o setor de serviços. Compromissos com os nossos colaboradores, os nossos Analistas de Comércio Exterior, Especialista em Política Pública e Gestão Governamental, e outras carreiras essenciais para a máquina governamental.

A valorização da nossa missão passa necessariamente pela valorização dos nossos quadros de pessoal; esta é a nossa obrigação interna primária. A hora também determina que sejamos claros quanto aos nossos propósitos. A hora é união e de reconstrução, como dita o nosso lema desde o último domingo. União, porque o esforço de reindustrializar o Brasil; de aperfeiçoar ainda mais nossa Agroindústria e todo o parque industrial, agregando-lhes mais valor; e de incluir os trabalhadores brasileiros em nossa economia não são tarefas episódicas, mas uma obra de todo governo comprometido com um futuro melhor e mais justo para nosso povo. E de reconstrução, porque depois de quatro anos de descaso, de má gestão pública e de desalinhamento com os reais problemas brasileiros, o Presidente Lula, com acerto, determinou a recriação do MDIC como uma medida fundamental para o Brasil retomar o caminho do seu desenvolvimento, como já ocorreu nos seus governos bem-sucedidos.

A reindustrialização é essencial para que possa ser retomado o desenvolvimento sustentável e que essa retomada ocorra sob o único prisma que a legitima, o da justiça social. A indústria brasileira precisa urgentemente retomar o seu protagonismo, expandindo a participação no produto interno bruto.

As graves mudanças climáticas, o pós COVID, a guerra na Europa estão indicando a premência de uma política de reindustrialização consensuada com o setor produtivo, a academia, a sociedade e a comunidade internacional. É imperativa a redução da emissão de gases de efeito estufa, do estabelecimento de uma política de apoio a uma economia de baixo carbono, privilegiando tecnologias limpas e dando início a um processo produtivo eficiente, seguro e sustentável. O Brasil pode ser, e será, o grande protagonista no processo de descarbonização da economia global e, mantendo investimentos em inovação e pesquisas em modernas tecnologias poderá integrar as cadeias globais de valor.

A indústria é essencial. São essenciais os empregos que gera, os tributos que recolhe, a riqueza que distribui. Para cada real produzido pelo setor industrial, a economia ganha algo em torno de 2,43 reais. O impacto positivo é percebido por todos os setores da economia.

É tempo do emprego, da renda, da indústria, do comércio e dos serviços. É urgente a reversão da desindustrialização precoce ocorrida no Brasil, que reclama uma clara política de competitividade industrial contemporânea.

Apesar de representar apenas 11% do PIB brasileiro, a indústria de transformação aporta 69% de todo o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento.

A indústria responde por 29,5% da arrecadação tributária (2019), ou seja, quase três vezes seu peso na economia. O Brasil não pode prescindir da indústria se tiver ambições de alavancar o crescimento econômico e se desenvolver socialmente.

Ou o país retoma a agenda de desenvolvimento industrial, ou não recuperará um caminho de crescimento sustentável, gerador de emprego e de distribuição de renda.

Infelizmente, a indústria de transformação tem perdido participação no PIB do país, o que prejudica o crescimento econômico e nos impõe uma indesejada e cara estagnação. A indústria liderou o crescimento econômico brasileiro durante boa parte do século XX até a década de 1980, quando sua participação foi de cerca de 20% do PIB. Salvo por poucos e breves períodos, o que se viu nos últimos 40 anos foi o seu encolhimento, chegando a 11,3% do PIB em 2021 (FIESP, 2022).

Entre 1980 e 2020, a indústria dos EUA mais do que dobrou de tamanho, a do mundo todo ficou 3 vezes maior, a da China 47 vezes maior e a do Brasil cresceu apenas 20% (IEDI, 2021). É importante ter presente que a população do Brasil no período passou de aproximadamente 120 milhões para cerca de 220 milhões. Longe de ser um fenômeno natural, a desindustrialização brasileira é precoce e grave. Ela joga contra o presente e compromete o futuro do Brasil.

Por isso, com o acerto, o nosso Presidente Lula impôs que o Brasil elabore, com urgência, uma política moderna de desenvolvimento industrial. Que essa política parta do diagnóstico correto. Que seja bem desenhada, bem concebida. Que seja implementada corretamente. Que seja objeto de avaliação apropriada, com métricas e mecanismos adequados para medir resultados. Que seja continuada no tempo, porque, afinal, política industrial tem seu processo de maturação e, como sabemos, a imprevisibilidade e a descontinuidade de instrumentos de apoio contribuem historicamente para o insucesso de políticas em diferentes áreas.

Mas, como em toda política, não haverá projetos e programas eficazes se elaborados à revelia do mercado, do setor produtivo ou da sociedade civil. É do ambiente consensuado da boa política que resultará o programa de reindustrialização brasileiro. Ainda, a política de desenvolvimento industrial guarda relação estreita com a política de ciência, tecnologia e inovação e também com a política de comércio exterior. Trabalharemos para garantir coerência e coordenação, bem como explorar sinergias dos esforços públicos nessas frentes.

Nós sabemos que poderemos sempre contar com o apoio da nossa Ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos e nosso Chanceler Ministro Mauro Vieira. Cada vez mais, o valor agregado da produção industrial está nos serviços embarcados em bens ou associados a eles. Institucionalidade e governança adequadas são fundamentais para uma política prol da competitividade. Nesse contexto, destaco a recriação do CNDI — o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que promoverá o diálogo público-privado em matéria de política industrial. Para uma política de desenvolvimento industrial, é também necessário que exista apoio de alto nível para que os órgãos de implementação tenham autoridade para cobrar resultados e contrapartidas.

O novo MDIC traz o BNDES para perto — e isso representa um enorme avanço. O Banco é historicamente vital para a implementação de políticas estruturadas de desenvolvimento da economia brasileira. É fundamental fortalecer o papel do BNDES como alavanca do desenvolvimento econômico e social, como dinamizador da competitividade da indústria e das exportações de maior valor agregado. O fortalecimento da indústria passa invariavelmente pela redução do Custo Brasil e pela melhoria do ambiente de negócios no país.

Reforma tributária, nesse contexto, é fundamental. Uma política industrial contemporânea para o Brasil passa, ainda, pela digitalização e pela sustentabilidade, e também pela inovação e pelo aumento da produtividade. Na agenda da digitalização, é necessário favorecer a produção e difusão de tecnologias da Indústria 4.0. Há muito a ser feito, porque, infelizmente, muito deixou de ser realizado no tempo certo; o setor produtivo tem sido duramente penalizado pela ausência de uma política estatal hábil e eficiente. Na agenda da produtividade, é fundamental a qualificação da mão-de-obra para o novo mundo do trabalho. O sistema S, de apoio ao Estado, realiza aqui um trabalho fundamental.

A agenda da sustentabilidade, por sua vez, é fundamental para o futuro da indústria do Brasil. O novo MDIC contará com uma Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria para dar ao tema a importância devida. Esta é uma agenda prioritária inclusive para assegurar a competitividade do produto nacional no comércio mundial. A política industrial brasileira precisa estar em sintonia com as necessidades da sociedade mundial. A sustentabilidade é o ponto de partida de toda a política industrial. Isso é importante inclusive no contexto conhecido de restrições orçamentárias. Também devido a essas restrições, é importante, igualmente, levar em conta competências tecnológicas e industriais já constituídas. Algumas frentes que poderiam ser exploradas no desenho de programas desta natureza, incluem por exemplo, o complexo industrial da saúde, energias renováveis e hidrogênio verde, além da questão da mobilidade.

Esses desafios podem servir de missões organizadoras para uma estratégia de política de desenvolvimento industrial. O Brasil obviamente não vive isolado do mundo. E o mundo passa por transformações profundas. Desafios relacionados às cadeias de fornecimento, às exigências regulatórias e à preservação do meio-ambiente se proliferam e impactam os fluxos internacionais de comércio. O Brasil de agora dará exemplos positivos. O Brasil enfrentará esses riscos de maneira construtiva e propositiva. Estamos seguros de que uma maior integração do comércio exterior brasileiro ao mundo é essencial para o fortalecimento da indústria e dos serviços do nosso país, e o faremos sob o pálio das melhores regras ambientais.

Ao mesmo tempo, mudanças no cenário internacional também geram oportunidades para o Brasil. Disputas geopolíticas e mudanças nas cadeias globais de valor podem representar uma oportunidade para o Brasil atrair investimentos produtivos e aumentar as exportações industriais. Porém, para isso, o país precisa desenvolver estratégias adequadas, de longo prazo, focadas nas condições que possibilitem o desenvolvimento produtivo e tecnológico, bem como a inovação no país. O nosso Presidente Lula recorrentemente indica que a nossa missão será a de resgatar o papel que o Brasil merece ocupar no comércio exterior, e ele já deu mostras de que sabe fazê-lo.

Nesse cenário, fácil perceber que diálogo com todo o setor privado brasileiro será fundamental. Não chegaremos a resultado algum, se pretendermos atuar desalinhados com o setor produtivo. O empresariado brasileiro é qualificado, resiliente, atento às transformações e demandas mundiais. Será da conciliação entre o Estado e o setor privado que resultará a ampliação da integração do Brasil ao mundo. Valorizamos a transparência e previsibilidade nas políticas industriais e de comércio exterior — inclusive porque temos clareza de quanto isso importa aos empresários e empresárias do país.

O novo MDIC é um MDIC maior e bem mais preparado para os desafios do comércio exterior. Há espaço para a concepção da política voltada para a indústria de fármacos, bio e nanotecnologia, indústria eletrônica e de semicondutores, agroindústria, química, petroquímica e de fertilizantes, mas está em curso um novo mundo de trabalho e precisamos nos qualificar para estarmos nele. Por isso, o MDIC é moderno, forte e será eficiente. Em primeiro lugar, o Ministério incorpora a Câmara de Comércio Exterior, a Camex, à sua estrutura, facilitando a coordenação intergovernamental nessa área. Além disso, o novo MDIC terá, sob seu protetivo guarda-chuva, a Apex-Brasil, a agência de promoção de exportações e investimentos. Daremos à promoção comercial um viés ainda mais empresarial, em estreita relação com a política de comércio exterior orientada pelo MDIC.

Trabalharemos com a Apex para o reposicionamento da imagem do Brasil no mundo. Nos últimos anos, com a indústria diminuindo sua importância na economia, o Brasil perdeu complexidade econômica e isso se reflete na primarização da pauta exportadora do país. Para a China, por exemplo, que é o principal destino das nossas exportações, três itens — soja, minério de ferro e petróleo — respondem por cerca de 75% do total exportado pelo Brasil. O Brasil é um grande competidor no comércio internacional de bens agrícolas e responde por 5% das exportações mundiais desses bens, atrás apenas da União Europeia e Estados Unidos. Já para as manufaturas, a participação brasileira nas vendas globais é de apenas 0,5%, sendo o 22º maior exportador desses produtos.

O comércio mundial de manufaturas é quase sete vezes superior, em valor, ao comércio de bens agrícolas. Assim, o desafio para ampliar a importância do Brasil nas trocas globais, atualmente em cerca de 1,3%, passa por dar maior dinamismo ao setor manufatureiro. O cenário internacional para 2023 é desafiador, o que impacta nosso comércio exterior. A menor atividade econômica mundial deverá proporcionar diminuição nos preços dos produtos exportados pelo Brasil em 2023 em relação aos níveis elevados de 2022. Da mesma forma, as importações brasileiras no ano de 2023 deverão ocorrer a preços menores, com a trajetória de queda observada desde meados de 2022.

Os desafios da competitividade exportadora brasileira precisam começar a ser superados. E somente o serão com a revitalização industrial do país.

Vamos buscar:

- A abertura de novos mercados para bens e serviços,
- Aumento da base exportadora do Brasil, com a inclusão empresas de menor porte no comércio exterior,
- A diversificação de mercados de destinos,
- A agregação de valor à pauta exportadora e
- Valorização da imagem do país como potência agroambiental, mas também como um país diverso, que exporta aviões e produtos farmacêuticos, máquinas elétricas e serviços de TI.
- A sociobiodiversidade será a energia do nosso desenvolvimento.

A política de comércio exterior do Brasil passa por desburocratização, financiamento, promoção comercial, mais acordos comerciais e um esforço redobrado de superação de barreiras aos nossos produtos no exterior. Há muito a ser feito. O desafio está posto e, em alinhamento com uma política de competitividade industrial, o Brasil passará agregar mais valor às suas exportações e mais empresas à sua base exportadora. O comércio exterior, vale lembrar, é uma via de mão dupla. A integração do Brasil com o mundo passa também pelas importações. Para que o Brasil seja competitivo no mercado exterior, precisa também importar.

Nessa mesma linha, o nosso Presidente Lula, indica ser urgente que a nossa agenda contemple medidas que reduzam o déficit de produtividade e de digitalização das Micro e Pequenas Empresas, induzindo-as a uma autêntica transformação digital. O Brasil precisa conceber programas de apoio às STARTUPS, ao empreendedorismo inovador, à inovação tecnológica. O setor de serviços, e as novas formas de prestação, as novas relações de emprego e de geração de renda, tudo passa por uma fase de diagnóstico e o prognóstico haverá de ser positivo. Enfim, APEX, INMETRO, ABDI, SUFRAMA, INPI, nosso BNDES e o SEBRAE, juntos com o novo MDIC levarão adiante o grande e inovador programa de reindustrialização, de expansão do comércio e de fortalecimento dos serviços no Brasil. Tentando ser mais conciso, eu diria que, em linha com suas orientações Presidente LULA, que o novo MDIC será orientado para uma economia

- 1) inclusiva,
- 2) criativa e
- 3) sustentável.

A inclusão se dará em três sentidos: social, econômico e político. Trabalharemos, incansavelmente ao lado dos demais colegas da Esplanada para criar mais empregos de qualidade, com carteira assinada e todas as garantias que todo trabalhador deve ter, mas que infelizmente não tem, porque levado para a informalidade. A inclusão terá um sentido econômico. O senhor, Presidente Lula, enfatizou em seu discurso de posse que a desigualdade é uma das maiores chagas de nosso país. O Brasil é um país socialmente injusto e economicamente desajustado. Há exclusão do mais pobre e inviabilidade econômica até para quem detém alguma capacidade de investimento. Nesse sentido, nós superaremos a lógica de soma-zero, que coloca setores econômicos uns contra os outros.

Partiremos da premissa de que o que importa, no século XXI, é agregar valor à nossa produção, seja no campo, seja na indústria, seja no comércio, orientando a economia para que todos os setores produtivos se sofisticem e se reforcem mutuamente, em um espírito de “ganha-ganha-ganha”. Ganha o empresariado, ganha o trabalhador, ganha o meio ambiente, ganha o Brasil e ganha a comunidade internacional. Terceiro, a inclusão terá uma acepção política. Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem ficado para trás em sua participação nas chamadas Cadeias Globais de Valor. Enquanto outros países lograram exercer papel central na formação de cadeias regionais, o Brasil não tem conseguido desempenhar o papel de coordenação em seu entorno.

Assim, incluir significará também integrar o Brasil. Não por capricho ou para simplesmente acompanhar as “boas novas” do pensamento econômico. Mas porque, juntos, integrados produtivamente a nossos vizinhos, somos mais fortes e cumprimos as diretrizes para nossas relações internacionais que estão insculpidas no artigo 4º, parágrafo único, de nossa Constituição. A integração, contudo, não virá por geração espontânea. Ela exigirá diálogo constante com nossos parceiros, com vistas a se criar uma verdadeira governança produtiva em nossa região.

O Presidente Lula, todos sabemos, é o único capaz de liderar esse moderno e corajoso projeto.

Presidente Lula,

Como o senhor tem falado repetidas vezes, o governo que agora se inicia não foi eleito apenas pela saudade de um tempo em que o Brasil crescia com inclusão, atingindo o pleno emprego e servindo de exemplo para o mundo, sobretudo as nações irmãs que almejam alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento. O governo cujo mandato teve início foi eleito também pela esperança do povo brasileiro de que, juntos, podemos fazer ainda mais e ainda melhor. E para esse esforço, sei da importância que o senhor atribui ao MDIC e do papel estratégico que ele deve desempenhar.

Por isso, saiba que o senhor terá de mim não apenas a lealdade de um ministro, que se soma à de um vice, mas minha dedicação integral em prol de uma agenda que contribua para reverter os resultados inaceitáveis que nossa economia vem acumulando nos últimos anos.

A criação do MDIC, ainda em 1960, foi o ponto culminante de uma agenda de industrialização protagonizada pelo Presidente Juscelino e o Plano de Metas, sintetizada no lema “50 anos em 5”. Todos sabemos a importância histórica daquele Plano de Metas e os resultados que alcançou.



Por isso, o MDIC pode ser, e será, essencial para a economia interna e energia capaz de gerar o esperado desenvolvimento social, sempre justo e inclusivo.

Na galeria dos Ministros de Estado que construíram o Ministério, encontramos o grande e exemplar Ulysses Guimarães. É de Ulysses a máxima de que “As nações democráticas e de economia de mercado são mais ricas e as mais fortes. São ricas por serem democráticas e não democráticas por serem ricas.” Por isso mesmo, quando colocada em risco a democracia, a crise política acaba por fomentar terríveis crises econômicas. A inabilidade política tem custo e é socialmente injusta, porque penaliza o mais pobre e inviabiliza a atuação econômica produtiva.

Na normalidade democrática é que o País pode crescer e se mostrar justo para o seu povo.

A nossa união não é episódica, de ocasião ou por uma eleição; a nossa união é por um País, por um povo e por seu direito de viver em um regime democrático e num País verdadeiramente produtivo. Tenham em mim, Presidente Lula, aquele a quem o senhor poderá confiar sempre a primeira e mais árdua missão, porque é inabalável o meu compromisso com o senhor, o seu governo e nosso País. Que venham dias de crescimento e de justiça social.

Obrigado.